

Boletim OPSA

| n.2, abr./jun. 2011 |





Observatório Político
Sul-Americano

O **Observatório Político Sul-Americano - OPISA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt University

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Clayton Cunha (Bolívia)
Daniel Oppermann (Indicadores)
Ana Carolina Vieira de Oliveira (Argentina)
Eduardo Heleno Santos (Paraguai)
Beatriz Thomaz Carvalho (Peru)
Fernanda Pernasetti (Equador)
Fidel Flores (Venezuela)
Pedro Benetti (Chile)
Athos Luiz dos Santos Vieira (Colômbia)
Francisco Josué Medeiros de Feitas (Brasil)
Suhayla Khalil (Uruguai)

Boletim OPISA

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de abril a junho de 2011.

O Boletim OPISA é publicado na segunda semana do mês seguinte aos dois meses a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IESP/UERJ

Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://www.opsa.com.br>
E-mail: observatorio@iesp.uerj.br

Editorial**A América do Sul Pós-Liberal e o Brasil**

A região vive hoje um de seus melhores momentos depois de ter passado pela crise da dívida dos oitenta, a dolorosa re-estruturação dos noventa e um interregno neo-liberal que parece estar se dissipando face à emergência de governos progressistas na região e a crise financeira a partir de 2008. Estes eventos desacreditaram as receitas ortodoxas do passado e re-colocaram no centro da economia política dos países sul-americanos o papel de coordenação do Estado à frente de políticas desenvolvimentista e de massiva inclusão social. O Brasil é um dos exemplos paradigmáticos desta nova modalidade de social democracia do Sul. Pela primeira vez talvez a região experimenta relativa autonomia para por em prática diferentes modelos de democracia mas cujo signo comum é a preocupação com a incorporação dos setores subalternos à cidadania social e uma concepção de integração pós-liberal. Naturalmente não se trata de voltar aos modelos do passado até porque a inserção econômica internacional da região mudou radicalmente em função da globalização do capitalismo. Esta participação nos circuitos mundiais da produção e do consumo e o papel da

China como um centro devorador das commodities agrícolas e minerais dos países em desenvolvimento têm permitido termos de troca praticamente inéditos para os países sul-americanos.

As condições regionais são assim bastante propícias para que o governo Dilma Rousseff possa dar continuidade e aprofundar o legado da política sul-americana do governo Lula. Certamente que o Brasil de hoje é diferente daquele que a primeira administração do PT encontrou. O país tem uma participação diversificada em várias arenas de governança global e muitas vezes a compatibilização das agendas global e regional não é um processo simples tendo em vista a complexidade de conciliar posições e compromissos em âmbitos diferenciados em que a convergência de interesses entre o Brasil e seus vizinhos não é simples. Mas o importante é que exista a vontade política para esta compatibilização e esta tem sido a marca dos dois governos petistas.

Há que se levar em conta, porém, as tensões e desafios inerentes à implementação desta trajetória. Com o risco de uma simplificação excessiva assinalaria duas delas. A primeira diz respeito à conciliação do movimento de expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul com a agenda progressista dos governos de

esquerda e centro-esquerda da região. As manifestações deste desafio são: por um lado, a tentação de respostas brasileiras hegemônicas a eventuais movimentos nacionalistas de nossos vizinhos. O governo do PT tem demonstrado que se diferencia de forma bastante acentuada dos setores de oposição, vide a crítica generalizada desta aos que alegam ser uma “generosidade excessiva com os vizinhos” e a “submissão aos caprichos de governos populistas”. Certamente essa postura do passado terá continuidade no governo atual.

Há um outro desafio que decorre desta tensão que é a diferença entre pensar a região como mercado e pensá-la como sujeito político. Nesse caso, a compatibilização entre expansão do capitalismo e agenda progressista demanda a construção de instituições regionais que exatamente impeçam que a presença econômica regional do Brasil, que tende a crescer nos próximos anos, tenha como resultado a configuração de relações centro-periferia com o Brasil no seu centro. A criação ou o fortalecimento das atuais instituições regionais tem justamente o propósito de congelar a escolha política dos governos do PT e impedir que uma eventual mudança na orientação política da coalizão político-partidária governante possa anular a direção imprimida pelos dois governos progressistas brasileiro.

O segundo desafio opõe a defesa dos valores pluralistas do ordenamento inter-estatal – não intervenção, soberania e integridade territorial – que tem que sido uma tradição significativa de nossa política externa, abraçada pelos governos do PT, à agenda cosmopolita dos movimentos sociais em temas como direitos humanos, meio ambiente, agricultura familiar, por exemplo. Esta tensão se manifesta quando determinadas posições internacionais do Brasil em alguns destes temas tencionam a base de apoio doméstico do governo, tendo em vista a relevância dos movimentos sociais nesta mesma base. A “solução” desta tensão é eminentemente política e se traduz na permanente pressão e negociação entre o governo, cuja posição internacional tem que levar em conta outras injunções e restrições, e as legítimas demandas cosmopolitas.

Nas duas oposições e tensões mencionadas, não se trata de escolher um dos lados das polaridades, mas de tencioná-las permanentemente tarefa que só é possível quando se escolhe a política como meio de seu encaminhamento. Esta é uma diferença importante entre um governo social-democrata, comprometido com valores progressistas no contexto da economia política do século XXI e um governo conservador que majoritariamente tende a

escolher um dos lados destas polaridades.

Nesta edição do **Boletim OPISA**, Tatiana Oliveira faz uma análise da eleição de José Graziano da Silva como diretor-geral da FAO à luz de sua contribuição para os programas de redução da pobreza e desigualdade de renda no Brasil, além da inserção externa do país. Ainda no âmbito da política brasileira, Daniel Oppermann discute as vicissitudes do sistema de segurança da informação desse país, em face da recente invasão pela internet das páginas de algumas instituições públicas. O artigo apresenta dados impressionantes, a exemplo das 45 mil tentativas de invasão e busca de informações estratégicas nas 320 grandes redes do setor governamental - uma média de cinco por hora.

Fernanda Pernasetti apresenta os resultados e possíveis desdobramentos da consulta popular realizada no Equador no dia 07 de maio. Amplamente favorável aos principais objetivos ambicionados pelo movimento governista Aliança PAÍS, estiveram em pauta temas polêmicos e que geraram grade polarização do eleitorado, tais como a reforma do Judiciário equatoriano e a regulação das comunicações no país. Esses temas vêm ganhando destaque em toda a região.

Athos Luiz S. Vieira informa sobre a mais recente vitória da política externa colombiana, que está em ótima fase: a viabilização do acordo de reconciliação hondurenha, pondo termo na crise política que havia sido desencadeada desde o golpe que destituiu José Manuel Zelaya em 2009.

Por fim, esse número do Boletim traz dois monitores eleitorais: Beatriz Carvalho oferece uma análise sobre os resultados e de um breve mapeamento das preferências dos eleitores peruanos no segundo turno para a presidência do país, ocorrido em 05 de junho. Ana Carolina Oliveira inicia um estudo sobre a configuração do pleito argentino para a corrida presidencial de 2011. Nesse texto, são apresentadas as candidaturas e debatidas algumas indefinições já aparentes. Um acompanhamento do processo eleitoral argentino será feito pelo Observatório ao longo dos próximos meses e poderá ser acessado através de nossa página na internet.

Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro, 1º de julho de 2011

Políticas Sociais

José Graziano na FAO: o que isso significa para o Brasil?

Tatiana Oliveira

...uma desigualdade econômica crescente pode produzir uma crescente desigualdade na responsabilidade dos governos em relação a determinados seguimentos da população, o que, por sua vez, produz políticas públicas crescentemente prejudiciais aos cidadãos mais pobres, contribuindo, dessa forma, à perpetuação do ciclo vicioso da pobreza e da desigualdade. – Larry M. Bartels¹

Durante o mês de junho de 2011, a população brasileira recebeu uma má e outras duas boas notícias. A má notícia veio quando, a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Presidência da República confirmou o diagnóstico, já intuído, acerca da ineficiência do Programa Bolsa Família para identificar e atender famílias em situação de extrema pobreza. Já as duas outras boas notícias, dizem respeito, em primeiro lugar, ao lançamento de um novo programa social, o Brasil Sem Miséria, que visa aperfeiçoar o antigo; em segundo, à nomeação de José Graziano da Silva, à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) – o que aumenta

ainda mais a projeção de uma imagem positiva do Brasil no exterior.

Essas novidades tomadas em conjunto revelam um aspecto positivo das transformações pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos, e que podem ser resumidas em um esforço para conciliar as noções de liberdade e igualdade, tradicionalmente vistas como elementos concorrentes, além de restabelecer a relação causal que vincula a igualdade sócio-econômica à participação democrática e, portanto, à possibilidade e à liberdade de intervir por via do voto e do debate público na definição dos rumos da comunidade política. Para isso, as políticas públicas de combate à pobreza, à miséria e à desigualdade de renda voltam-se para a provisão de bens públicos básicos, como água, luz, saneamento, saúde, transporte; e para a capacitação dos indivíduos, através do investimento em educação e treinamento para o trabalho.

Na citação acima, Larry Bartels chama a atenção para o fato de que a desigualdade econômica é substancialmente um fenômeno político². Assim, diz ele, o alargamento das desigualdades de renda em um país tende a solidificar “desigualdades profundamente arraigadas relativamente à voz e à

¹ BARTELS, Larry. *Unequal Democracy: The Political Economy of the New Gilded Age*, Princeton, Russel Sage Foundation/Princeton University Press, 2008, p. 286. Tradução livre.

² No original: “Economic inequality is, in a substantial part, a *political* phenomenon.” Idem, p.2.

influência dos cidadãos na política, e talvez contribua até exacerbar essas disparidades”³. A desigualdade social atua, dessa maneira, como um obstáculo à plena vigência da igualdade civil, uma vez que a clivagem de classes em uma sociedade de tal forma organizada produziria uma espécie de diversificação dos interesses em função da faixa de renda do indivíduo, que tem sua ação política facilitada ou dificultada pelo acesso à riqueza, ao funcionalismo público, aos partidos políticos, e à produção do pensamento.

Graziano da Silva é um militante dessa visão complexa sobre a problemática da pobreza e da desigualdade. Primeiro ministro de Combate à Fome do Desenvolvimento Social no início do mandato do ex-presidente Lula, entre 2003 e 2004, ele foi um dos principais articuladores do Programa Fome Zero. Em 2006, como representante da América Latina e do Caribe na FAO, Graziano conseguiu que os países da região fossem os primeiros no mundo a chegarem a um consenso sobre metas para a erradicação da fome. Formado em engenharia agrônoma e estudioso da questão agrária, ele também foi peça-chave para a formulação do programa de agricultura familiar do

governo brasileiro, bem como a elaboração de políticas de desenvolvimento integrais e inclusivas no campo. Mas essa visão não corresponde a um consenso, nem mesmo é ponto pacífico na sociedade brasileira e na comunidade internacional. É verdade que caminhamos para isso, sobretudo, após a ascensão de governos social-democratas na América do Sul, e o esvaziamento do discurso político dos partidos de direita, conservadores e neoliberais. Uma breve consulta à história do pensamento sobre o desenvolvimento, no entanto, revela que essa abordagem sofreu muitos reveses.

No Brasil, o desenvolvimento entrou para a agenda pública a partir dos esforços de modernização e reestruturação do Estado na Era Vargas. Acompanhando os debates travados nos foros internacionais, no entanto, foi no final da década de 1950 e início da década de 1960, que ele ganhou centralidade. Exemplo disso foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), que exerceu enorme influência na estruturação do projeto modernizador brasileiro. O golpe militar de 1964 atribuiu importância ainda maior ao tema, já que o desempenho econômico constituía um dos principais pilares de sustentação do regime ditatorial. A concepção de desenvolvimento dessa época

³ No original: “longstanding disparities in political voice and influence, and perhaps exacerbate such disparities.” Idem, p.3.

restringia-se a sua dimensão econômica, de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, em detrimento de uma abordagem mais plural, ou multidimensional e humana, desse tipo de política pública.

Uma máxima, famosa, que ajuda a ilustrar o espírito daqueles anos, foi proferida pelo então ministro da Fazenda do governo do general Costa e Silva, Antônio Delfim Neto. O chamado “milagre econômico” brasileiro deveria, segundo ele, fazer o bolo da economia crescer, isto é, tornar-se expressivo em números absolutos, para então, só depois, não se sabe quando, o país preocupar-se com a realocação distributiva desses recursos. Desde a redemocratização do Brasil, processo que se iniciou nos anos 1980, transcorreu-se mais de 20 anos até que uma política distributiva pudesse vir a ser pensada e levada a efeito.

De toda forma, ao final da década de 1960, um impulso importante para a modificação dessa visão entrava em curso. Agências como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e a FAO, dentre outras, contribuíram para a elaboração de um conjunto de idéias que afetariam profundamente as visões e as estratégias de desenvolvimento dos países. Como se

sabe, todavia, o rebatimento das idéias na realidade não é função direta de sua formulação. Antes que elas possam ganhar concretude tem lugar um embate discursivo – benéfico no sentido de que expõe as forças antagônicas dispostas no espaço social –, e que muitas vezes traz consigo um sentimento sobre a diacronia que acompanha a evolução do pensamento e dos modos de vida. O caso da OIT, especificamente, nos oferece um bom exemplo dessa percepção de avanços e recuos, bem como sobre o desejável caráter indivisível, integracionista, próprio às políticas públicas no campo sócio-econômico.

Na década de 1970, a preocupação com a questão do trabalho dizia respeito, antes de tudo, a sua compreensão. Cabe lembrar, essa foi uma década de grandes modificações para a estrutura do capital e do trabalho. Dessa forma, buscou-se, definir os contornos dos problemas relacionados à pobreza e ao emprego nas nações subdesenvolvidas. Forjou-se, enfim, um entendimento no sentido de que as questões relacionadas ao desemprego nos países ricos eram substantivamente diferentes dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos. Dentre as diferenças apontadas entre um e outro caso, foram enfatizadas a preocupação com o fenômeno da informalidade e a precariedade que

essa condição de trabalho encerra. Além disso, a dependência tecnológica dos países pobres apareceu como um fator digno de nota. Nesse sentido, a educação despontou como um liame inextricável entre o mundo da escola e o mundo do trabalho, entre a condição de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Ela deixou de ser vista como um mero bem de consumo para ser alçada à condição de direito humano básico, um investimento necessário para a garantia das liberdades individuais. Daí surgiu a necessidade de se criar um “ciclo virtuoso” de desenvolvimento que relacionasse produção, geração e distribuição de renda à produção local de bens, à geração de empregos e, por fim, ao consumo. A promoção de uma política econômica consistente e estável, tanto no âmbito macro quanto no micro⁴, perfazia o reconhecimento de que a interdependência entre os mercados em nível mundial e a coordenação política entre os planos interno e externo impostos pela globalização limitava significativamente as opções de governabilidade no interior dos países. Assim, durante a Conferência Mundial de Emprego, em 1976, ao se incorporar uma visão diversificada das questões relativas ao trabalho, a organização acabou fomentando uma visão do desenvolvimento baseada

nas necessidades básicas (*basic needs*) do homem⁵.

No que diz respeito à responsabilidade do desenvolvimento, K.Dazie, ex-secretário geral da UNCTAD, define as modificações do pensamento onusiano da seguinte forma: Em um primeiro momento, entre 1945 e 1963, havia a compreensão de que ele deveria ser obtido pela ação exclusiva dos governos nacionais, detentores “de um papel central na promoção do desenvolvimento econômico, sem uma influência relevante do sistema internacional”. Em um segundo momento, Entre 1963 e 1982, a orientação se inverte e o sistema internacional passa a ser visto como uma esfera de influência significativa, e inescapável, na definição das políticas domésticas dos Estados. Mais uma vez é preciso contextualizar essa mudança de percepção. Observe-se que ela se deu não apenas em um período crucial de recrudescimento do processo de globalização, em que a socialização das perdas advindas da volatilização do capital se mostrou de forma evidente, como também no momento de descolonização e incorporação dos países subdesenvolvidos da África e da Ásia à Assembléia Geral

⁴ EMMERIJ, 2005, p.27.

⁵ Nesse momento, uma série de outras conferências internacionais ajudou a alargar a agenda do desenvolvimento. Foram elas: meio ambiente e desenvolvimento (1972), fome (1974), gênero (1975), crescimento populacional (1979), habitação (1976), ciência e tecnologia (1979). Mais tarde, na década de 1990, esse ciclo de conferências temáticas foi reeditado.

da ONU. A atuação desses países na Assembléia foi crucial, é sabido, para que alguns pontos da agenda social internacional avançassem. Exemplo disso é o Sistema Geral de Preferências (SGP).

Em que pesem esses avanços, a aceitação das teses neoliberais e a implementação de políticas de ajustes derivadas do chamado Consenso de Washington (1989) levaram ao sucateamento dos serviços sociais, inclusive, talvez principalmente, aqueles relacionados ao trabalho e à geração de renda. A preocupação com a dívida externa dos países sub-desenvolvidos e, opostamente, as receitas que foram apresentadas para a solução desse problema, impostas pelos órgãos do sistema de Bretton Woods, fizeram retroceder as visões que consideravam o tema do desenvolvimento na sua complexidade para enfatizar, ao contrário, uma abordagem monetarista da questão.

Na virada do século XX para o XXI, no entanto, a insustentabilidade dessa forma de condução do crescimento se mostrou em sua face mais perversa, através da elevação dos níveis de desemprego e da concentração de renda *vis a vis* o empobrecimento ainda maior das classes mais baixas. Em resposta a isso, o início do século XXI foi marcado, pode-se dizer, por uma demanda popular via sufrágio em prol do retorno do Estado à cena

pública, como ator fundamental do desenvolvimento e da mediação dos conflitos sociais. O protagonismo dos Executivos nacionais na definição de um novo modelo de desenvolvimento marca, pois, uma inflexão em relação ao período anterior que, voltado para o mercado e para os interesses do capital industrial e financeiro, opunha-se ao esquema de bem-estar social, propondo o esvaziamento do Estado. No plano externo, Cimeira do Milênio, ocorrida em 2001, representou uma tentativa no sentido de retirar das instituições de Bretton Woods o protagonismo no tratamento das questões de desenvolvimento. Para alguns analistas, essa conferência representou ainda um compromisso dos países em afirmarem uma ordem internacional mais justa e mais igualitária e propositiva no que se refere às questões de direitos humanos, identidade, gênero, meio ambiente, pobreza e desigualdade social.

O Programa Bolsa Família foi criado aproveitando a sinergia entre os contextos políticos doméstico e internacional acima mencionados. Isso fica claro na descrição dos seus objetivos. Com a finalidade de unificar⁶ os procedimentos, a gestão e a execução das ações de transferência

⁶ Para o decreto de unificação dos chamados "Programas Remanescentes" (Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, de 2001, e Cartão Alimentação, de 2003), ver: [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#)

de renda e do Cadastro Único⁷ do Governo Federal, o Programa Bolsa Família visa (1) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; (2) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; (3) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; (4) combater a pobreza; e (5) promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público⁸. Sob mandato do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e com o auxílio do Conselho Gestor do Programa Bolsa Família⁹, essa política atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A inclusão dos beneficiários depende da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140) e do número e da idade dos filhos. O valor do benefício recebido pode variar entre R\$ 32 a R\$ 242, de

acordo com o reajuste anunciado em 1º de março de 2011.

Como resultado desse esforço, o país tirou 28 milhões de pessoas da pobreza, elevando as classes médias a 136 milhões de brasileiros. Nas palavras da presidente Dilma: “O que era um imperativo de ética (...) não só uma defesa concreta de direitos humanos, tornou-se uma imensa força, uma poderosa chave para que a gente desenvolvesse o país e levasse o desenvolvimento econômico a um outro patamar”¹⁰. A ascensão social dessas pessoas fomentou um mercado de massas no Brasil e promoveu a desmercantilização¹¹ de um enorme contingente populacional que, por meio do subsídio governamental, passou a ter a possibilidade de resistir à exploração sub-humana impingida por alguns setores da elite econômica nacional. No entanto, em que pese a importância do Programa, com ele, não se conseguiu atingir cerca de cinco milhões de famílias que vivem na linha de pobreza extrema, isto é, cuja renda não ultrapassa os R\$70 mensais.

A intenção do governo com o Brasil Sem Miséria é corrigir esse problema

⁷ Objetivos elencados pelo decreto n. 5.209 de 17 de setembro de 2004, cuja função é regulamentar a lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.

⁸ Art. 4º, decreto n. 5.209.

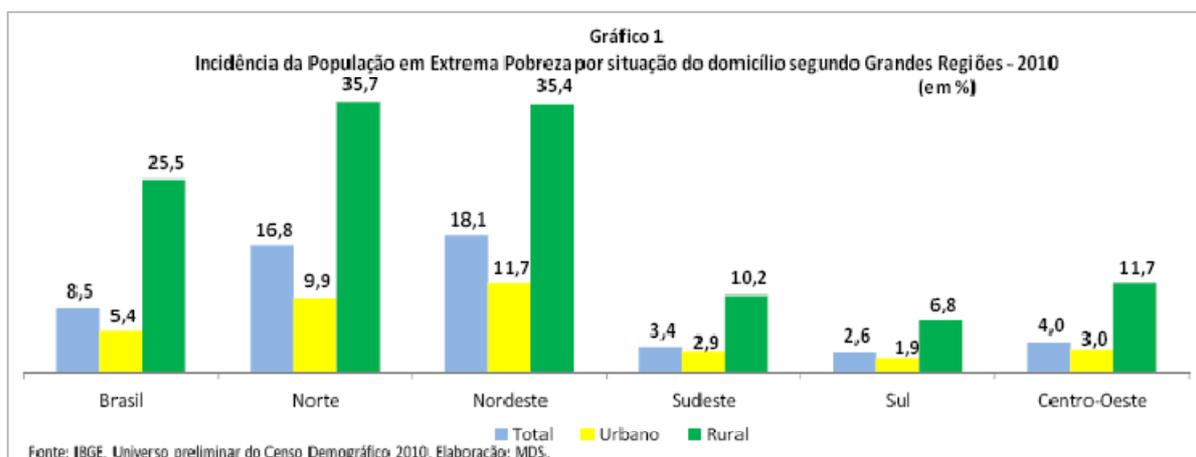
⁹ O Conselho Gestor do Programa Bolsa Família (CGPBF) é órgão colegiado, interministerial, de caráter deliberativo, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, previsto pelo [art. 4º da Lei nº 10.836, de 2004](#), e na [Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004](#). Ligado diretamente à Presidência da República, atua como órgão consultivo, tendo por finalidade formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais em todas as esferas da federação.

¹⁰ Rouseff, Dilma. Discurso proferido na cerimônia de lançamento do programa Brasil Sem Miséria, em 02/06/2011.

¹¹ Para uma explicação do conceito de “desmercantilização” ver: ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Politics Against Markets: the social democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

nos critérios de focalização do programa anterior, a partir, segundo Graziano, de uma redefinição do novo público alvo, da identificação das suas características específicas, e da análise dos determinantes da exclusão persistente que os acomete¹². Além disso, será preciso ainda definir como fazer para que as políticas públicas cheguem até as famílias. Dentre essas iniciativas, afirma Graziano, está a identificação de suas inúmeras carências tais como a falta de documentação, de educação formal,

e, até, de um par de óculos. Para ele, um ativo “precioso” agregado ao patrimônio das políticas sociais brasileiras nos últimos anos foi a percepção de que ações “isoladas ajudam famílias e núcleos isolados. Ações coordenadas de segurança alimentar promovem mudanças significativas, materializando uma dinâmica de desenvolvimento que reconcilia o imperativo social e o produtivo”¹⁴.



Dessa forma, nas palavras de Graziano, O Brasil Sem Miséria¹³ “pertence à mesma cepa de ações integradas que distinguiram a concepção original do programa Fome Zero, dotado agora da estrutura administrativa que faltava antes. Suas

ações de inclusão produtiva envolvem um conjunto de iniciativas voltadas para os trabalhadores das áreas urbanas e os residentes rurais, com enfoque territorial para garantir a sinergia entre elas. O Brasil Sem Miséria prevê, inclusive, a qualificação dos servidores que estão na ponta do atendimento público, credenciando-os

¹² SILVA, José Graziano. “O Brasil ousa novamente”. *Valor Econômico*, 24/06/2011.

¹³ Para maiores informações sobre o Brasil Sem Miséria ver o decreto n. 7.492, de 02 de junho de 2011, que institui o programa.

¹⁴ Idem.

para lidar com a complexidade destas famílias, identificando suas múltiplas carências e a melhor inserção em ações integradas”¹⁵.

Para a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, “Construímos um Plano Nacional, mas que enxerga as diversidades regionais, um plano com políticas universais, mas que enfrentará as especificidades e multidimensionalidades da pobreza. A renda é um forte indicador da exclusão, e será usado como referência. Mas queremos garantir renda, garantir o acesso à saúde, à alimentação adequada, à água, à educação e qualificação profissional, o acesso ao crédito; enfim, o acesso a condições dignas de vida”¹⁶.

Uma inovação anunciada pela ministra no lançamento do Brasil Sem Miséria é a estratégia de “Busca Ativa”, de acordo com a qual fica sob responsabilidade do Estado localizar as famílias extremamente pobres. Segundo ela, “A Busca Ativa vai atrás da parcela esquecida dos extremamente pobres. São famílias que ainda não são atendidas pelos programas de transferência de renda porque vivem em regiões quase isoladas. Ou porque, em razão de sua pobreza, despreparo e falta de

oportunidades, migram com muita frequência em busca de ocupação. Ou ainda são famílias que não têm sequer documentação civil. Estimamos que cerca de 800 mil famílias não estejam incorporadas ao Bolsa Família”¹⁷. Essa busca não se iniciará no escuro; ela levará em consideração os dados reunidos pelo Censo 2010 e pelo sistema de cadastramento único do governo que também sofrerá reformulação visando a maior agilidade na manipulação dos e acesso aos dados.

Dando, portanto, continuidade a reformulação das políticas sociais implementadas ao longo dos anos 1990, aperfeiçoando-as, universalizando-as, e aprofundando o seu alcance estrutural com base na multidimensionalidade do seu novo formato, o Brasil Sem Miséria pode ser lido como uma espécie de Bolsa Família 2.0, que se coloca um objetivo mais ousado. Não se trata mais de retirar famílias da pobreza, mas de dedicar maior atenção aquelas pessoas que se encontram na linha da pobreza extrema. No passado, a atuação brasileira nesse sentido confirmou, no plano externo, o perfil de “potência média” do país. Hoje, ressalta-se a emergência do país como uma liderança internacional preocupada com as questões sociais e ambientais, ao mesmo tempo que

¹⁵ Idem.

¹⁶ Campello, Tereza. Discurso proferido na cerimônia de lançamento do programa Brasil Sem Miséria, em 02/06/2011.

¹⁷ Idem.

reage à plena submissão das relações internacionais às relações de poder.

A eleição de Graziano Silva para a FAO abre, pois, uma oportunidade para a definição de uma nova globalização e, mais do que isso, chama a atenção pela responsabilidade que enseja. Por marginais que sejam as agências da ONU no que diz respeito à realocação de poder no plano internacional essa eleição é simbólica. E o é porque, com ela, reitera-se a intenção de um desenvolvimento humano que promova a dignidade humana e não apenas o crescimento econômico desigual e excludente. Para o Brasil, é um ganho no sentido de que os brasileiros foram capazes de fazer da política um instrumento para a mudança social, num processo que teve início com a eleição de Lula em 2003. Para o mundo, uma esperança de que a pobreza e as desigualdades sociais arraigadas dentro e fora dos Estados possam vir a ter solução.

Referências bibliográficas

O Globo; Folha de SP; Valor Econômico.

Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

Segurança da Informação

Entre hackers e botnets: a segurança cibernética no Brasil

Daniel Oppermann

Quando páginas de companhias ou instituições públicas são invadidas por hackers, o cenário sempre é o mesmo. Os representantes e porta-vozes das organizações prejudicadas declaram ao público que não foram afetados dados importantes, especialmente dados pessoais de usuários cadastrados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul reagiram dessa forma quando suas páginas sofreram ataques virtuais nos dias 24 e 25 de junho de 2011. Além dessas duas, várias outras páginas de instituições públicas foram atacadas na mesma semana. Entre elas, a da Presidência da República, do Senado, da Receita Federal, da Petrobras¹⁸, do Ministério da Cultura, do Ministério do Esporte, diversas páginas da Polícia Militar e a da Universidade de Brasília, entre outros.

Segundo os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo uma

18 Na sexta-feira, dia 24 de junho de 2011, a Petrobrás negou ter sido vítima de um ataque virtual, mas não conseguiu explicar de onde vêm os dados privados dos seus funcionários publicados pelos hackers. No dia seguinte, foram divulgados mais dados pelos hackers dando acesso ao servidor da empresa, sendo assim possível acessar outros dados de funcionários e relatórios da empresa.

“série de ataques” virtuais no Brasil começou na quarta-feira, dia 22 de junho de 2011. Segundo o blog de um jornalista da Folha, a presidente “Dilma Rousseff declarou-se 'surpresa' com a vulnerabilidade dos sites oficiais” (Souza 2011). Na versão oficial apresentada pela mídia, o problema estava principalmente concentrado nos grupos de hackers chamados LulzSecBrazil e Fatal Error que estavam atacando sites governamentais a partir de um certo momento. Porém, o cenário era mais complexo.

A “série de ataques” que chamou a atenção pública brasileira nesses dias foi realizada por um grande número de atores independentes, incluindo indivíduos e grupos de hackers de vários países como Turkish Energy Team, Ashiyane Digital Security Team, MeGo, Havittaja, LatinHackTeam, IR4DEX, Sophia Hacker Group e outros. A impressão criada pela mídia de que o problema começou no dia 22 de junho não é correta. O LatinHackTeam é um grupo de hackers ativo há mais de três anos, sendo responsável por invadir pelo menos 250 páginas no Brasil e em Portugal. Embora a maioria das páginas seja privada, houve um aumento de invasões de páginas de instituições públicas nos últimos 12 meses. Entre elas, páginas governamentais dos estados de Goiás (junho 2010), Minas Gerais (julho

2010), Acre (agosto 2010) e Mato Grosso do Sul (maio 2011). Também a Ashiyane Digital Security Team vem aumentando o número de ataques a sites de instituições públicas no Brasil desde março de 2011. Exemplos são as invasões das páginas da Universidade Federal de Ceará (março 2011), da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville (abril 2011) e da Universidade Federal do Maranhão (maio 2011). A Sophia Hacker Group é responsável por invasões em mais de 1000 páginas no Brasil desde 2009, principalmente sites particulares. O número de invasões feito pelo IR4DEX supera 1500 só no Brasil (principalmente sites de empresas e particulares). Segundo o chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, Raphael Mandarino Junior, o “Brasil tem 320 grandes redes no setor governamental, sob constantes ataques cibernéticos (...). Em 2009, foram registradas 45 mil tentativas de invasão e busca de informações estratégicas dessas redes - uma média de cinco por hora.” (Estado de São Paulo 2011a)

Existem estratégias diferentes usadas pelos hackers. Grupos como o Turkish Energy Team, o Ashiyane Digital Security Team e o LatinHackTeam usam métodos como a *injeção de SQL* para entrar em um sistema e mudar a

aparência visual das páginas (*web defacement*). Muitas vezes os invasores deixam slogans, logos ou imagens nas páginas invadidas. Tutoriais para aprender como fazer injeções de SQL são disponibilizados pelos próprios hackers na internet. Em alguns casos, a restauração da página pode ser feita pelo administrador do sistema. Em caso de invasões agressivas, o sistema também pode ser seriamente danificado.

Outra estratégia é a realização de um ataque DDoS (*distributed denial-of-service attack*). Essa forma de atacar um servidor é muito comum não apenas por ser realizada com facilidade, mas também por ser um negócio muito lucrativo, capaz de gerar milhões de dólares por ano. Diferente das injeções de SQL, nos ataques DDoS os agressores não invadem o sistema, mas o atacam de fora, usando um alto número de computadores que estão conectados em redes chamadas botnets. Um botnet pequeno pode ser constituído por 10 ou 20 mil computadores, enquanto botnets grandes consistem em dois ou três milhões de computadores. Geralmente donos de botnets estão envolvidos em várias formas de crimes cibernéticos. Alguns delas são arrendamento de botnets para grupos criminosos e os ataques contra servidores com a intenção de extorsão financeira.

Segundo o Symantec Intelligence Quarterly Report de abril-junho 2010, o Brasil foi o país número cinco no ranking global de atividades de código malicioso. Além disso, sua infraestrutura está entre as mais vulneráveis para botnets. Relatórios de segurança de informática da Microsoft (2010) e da Trend Micro (2010) confirmaram que o Brasil está sofrendo o segundo maior nível de infecção por botnets no mundo. Isso significa que uma parte essencial da infraestrutura de TI do país está envolvida em atividades de crimes cibernéticos no mundo inteiro. Além disso, milhares de computadores localizados no Brasil participam atualmente em vários tipos de ataques DDoS em países diferentes.

Já em 2009, o Boletim OPSA informou sobre a necessidade de investigar a segurança cibernética no Brasil (Oppermann 2009). A "série de ataques" feita por hackers que prejudicaram diversas páginas do governo central em junho de 2011 é um problema sério que mostra a necessidade de melhorar a segurança das redes de informação do país. Ao mesmo tempo, esses ataques não são o único problema na segurança cibernética brasileira. A falta de informação da população sobre problemas como botnets e outras ameaças do ciberespaço é também um aspecto crucial. Grupos como LulzSec que, segundo informações

próprias do grupo, era formado por apenas 6 pessoas (e que se dissolveu após apenas 50 dias de existência no dia 26 de junho de 2011) existem em grande número. Eles costumam aparecer e desaparecer. O que fica são milhares de cidadãos mal informados sobre a proteção dos próprios computadores tanto em casa quanto no trabalho. Os botnets no Brasil consistem em computadores localizados em diversos lugares como escritórios, salas e escolas entre Boa Vista e Porto Alegre. A combinação entre crescimento acelerado no mercado de informática e falta de informações para os usuários sobre a necessidade de proteger seus próprios computadores cria um terreno perfeito para atores mal-intencionados no ciberespaço.

No seu Livro Verde "Segurança Cibernética no Brasil" (Presidência da República 2010), o governo brasileiro destacou a necessidade de uma Política Nacional de Segurança Cibernética. Nesse contexto, explicou a intenção de criar, entre outros, programas de "capacitação em segurança cibernética ... nos níveis: básico, técnico, graduação, especialização, mestrado e doutorado". Além disso, anunciou o desenvolvimento de "material apropriado para os públicos: infantil; adolescentes e jovens; de baixa renda; da terceira idade; de educadores em todos os níveis de

formação educacional; e de gestores e legisladores públicos". As invasões recentes corroboram a necessidade de realizar tais planos agora.

Referências bibliográficas

Estado de São Paulo 2011a: Brasil ainda não tem Política Nacional de Segurança Cibernética, Estadão.com.br, 08 de junho de 2011

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,brasil-ainda-nao-tem-politica-nacional-de-seguranca-cibernetica,729292,0.htm>

acesso: 26 de junho de 2011

Estado de São Paulo 2011b: Governos e empresas estão igualmente vulneráveis a hackers, dizem especialistas, Estadão.com.br, 24 de junho de 2011

<http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia,governos-e-empresas-estao-igualmente-vulneraveis-a-hackers-dizem-especialistas,736559,0.htm>

acesso: 26 de junho de 2011

Folha de São Paulo 2011: Hackers divulgam dados pessoais de funcionários da Petrobras, Folha.com, 24 de junho de 2011

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/934449-hackers-divulgam-dados-pessoais-de-funcionarios-da-petrobras.shtml>

acesso: 26 de junho de 2011

Microsoft 2010: Security Intelligence Report Volume 9, 2010

<http://www.microsoft.com/sir>

acesso: 26 de junho de 2011

Oppermann, Daniel 2009: A necessidade de investigar a segurança cibernética no Brasil, Boletim OPISA No. 6, nov/dez 2009, p. 17

http://www.opsa.com.br/pdfs/40_boletins_Boletim_06_nov_dez_2009.pdf

Presidência da República 2010, Segurança Cibernética no Brasil (Livro Verde), Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Executiva, Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, Brasília, 2010

http://dsic.planalto.gov.br/documentos/publicacoes/1_Livro_Verde_SEG_CIBER.pdf

acesso: 26 de junho de 2011

Souza, Josias de 2011: Além da PF, Abin é acionada para investigar hackers,

<http://josiasdesouza.folha.blog.uol.com.br>, 24 de junho de 2011

acesso: 26 de junho de 2011

Symantec 2010: Symantec Intelligence Quarterly (April-June 2010)

<http://bit.ly/g8kpvz>

acesso: 26 de junho de 2011

Trend Micro 2010: TrendLabs. Global Threat Trends 1H 2010

http://us.trendmicro.com/imperia/md/content/us/trendwatch/researchandanalysis/tm101hthreat_report.pdf

acesso: 26 de junho de 2011

Instituições e Processos Políticos

Consulta Popular no Equador: uma vitória para abrir os olhos

Fernanda Pernasetti

Durante o primeiro semestre de 2011, o cenário político equatoriano foi marcado pelo debate acerca da grande consulta popular proposta pelo presidente Rafael Correa. Aprovada em janeiro pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE)¹⁹, e realizada no dia 7 de maio, pode-se dizer que ela logrou

¹⁹ O CNE é o órgão central do Poder Eleitoral, um dos cinco poderes da República do Equador, além do Executivo, Legislativo, Judiciário e de Transparência e Controle Social.

os principais objetivos ambicionados pelo movimento governista Aliança PAÍS: através da consulta direta à população, o governo conseguiu suplantar os impasses e a dificuldade de diálogo entre Executivo e Legislativo [ver: O Equador, a crise e a via institucional, Boletim OPSA, jul./ago 2010], demonstrando a força e o apoio popular com que ainda conta o presidente Rafael Correa – à época da elaboração da proposta, gozando de 65% de popularidade. Não obstante, o próprio caráter das questões colocadas em pauta e a radical polarização do eleitorado evidenciada ao longo da campanha e consagrada nas urnas, coloca tantos (ou mais) desafios quanto os que Correa buscou solucionar ao lançar mão da democracia direta.

A consulta consistiu em dez perguntas que solicitavam a concordância ou não do eleitorado. Em matéria de segurança e reforma penal, as perguntas previam **(1)** a mudança nas normas de caducidade da prisão preventiva, em casos especiais, **(2)** o emprego de medidas substitutivas à privação da liberdade, de acordo com os requisitos da lei; e a tipificação, como delitos, no Código Penal, **(6)** do enriquecimento privado não justificado e **(10)** da não afiliação do trabalhador em relação de dependência ao Instituto Equatoriano de Seguridade Social (IESS). A pergunta **(3)** previa a proibição de

que acionistas e donos de empresas financeiras ou de comunicação tenham participação acionária fora do seu âmbito de atuação; e a consulta ainda questionava a população quanto sua concordância com relação à proibição de **(7)** jogos de azar, cassinos e salas de jogos, e **(8)** dos espetáculos que acarretem a morte de animais (como as touradas).

Entretanto, as questões mais polêmicas e que geraram maior polarização do eleitorado versavam sobre a reforma do Judiciário equatoriano e a regulação das comunicações no país. Em especial acerca da grande reforma do Poder Judiciário, ambicionada pelo presidente e até então obstaculizada pelo Legislativo por implicar em emendas à Constituição, as perguntas questionavam a população sobre sua aceitação acerca da **(4)** substituição do atual Conselho do Judiciário (órgão máximo desse poder no país) por um organismo transitório, a fim de reestruturar o poder Judiciário, e da **(5)** modificação do Conselho do Judiciário, para que passe a ser integrado por cinco membros indicados pelos poderes Executivo, Legislativo, pelo chefe do Ministério Público, pela Corte Nacional de Justiça e pelo chefe da Defensoria Pública no país. Por fim, a nona pergunta questionava se o eleitorado se posicionava contra ou a favor da **(9)** expedição de uma Lei de

Comunicação que crie um Conselho de Regulação para controlar a difusão de conteúdos de violência, explicitamente sexuais ou discriminatórios, em todos os tipos de mídia, podendo estabelecer critérios de responsabilização dos comunicadores ou meios envolvidos.

No Equador, a realização e o financiamento de campanhas eleitorais são públicos, de modo que o CNE designou um total de US\$ 5 milhões, sendo metade para o SIM, impulsionado principalmente pelo governo e movimento Aliança PAÍS, e a outra metade para o NÃO, encabeçada pelo partido Sociedade Patriota (SP) do ex-presidente Lúcio Gutiérrez e outros partidos de oposição. Das 101 solicitações para participação na campanha, 53 atores políticos, dentre partidos e organizações sociais, foram qualificados pelo CNE para defender seu posicionamento nos variados meios de comunicação. Dentre eles, 24 optaram pelo SIM, 17 pelo NÃO e 12 assumiram postura mista, incentivando aprovação de algumas perguntas e a condenação de outras. Dentre os atores políticos que defenderam o SIM estiveram a Confederação de Trabalhadores do Equador e a Federação das Organizações Camponesas. Dentre as organizações que fizeram campanha pelo NÃO destacaram-se a Federação dos Estudantes Secundários do

Equador e a Confederação das Nacionalidades Indígenas (Conaie). A Conaie, grande representante do movimento indígena equatoriano, e ator de peso no cenário político do país, alegou que suas bases analisaram e discordaram da propostas de Correa. A organização, que foi parte da base aliada do governo, hoje faz oposição declarada ao presidente.

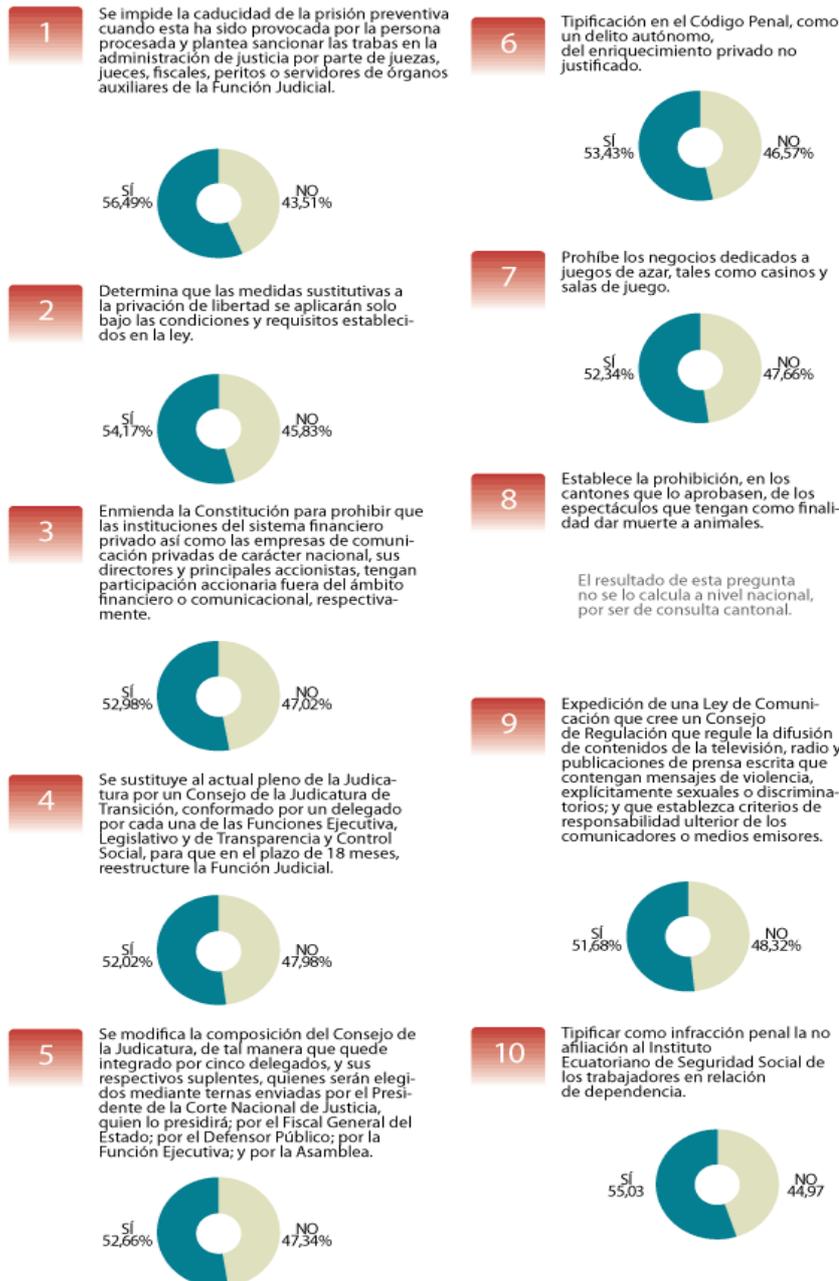
De forma geral, enquanto o governo defendeu a consulta assegurando que a reforma da justiça é um passo fundamental para melhorar a segurança nacional, setores da oposição criticaram as perguntas alegando que algumas delas seriam inconstitucionais, e que a intenção do governo seria o de acumular poder. Durante as duas semanas em que durou a apuração dos votos, diversos setores da oposição tentaram impugnar o processo alegando que teria havido fraude por parte da autoridade eleitoral "controlada" pelo Executivo. No entanto, não foram apresentadas provas a respeito. Em missão de observação, a Organização dos Estados Americanos (OEA) acompanhou o processo eleitoral e, em declaração à rádio Quito, o chileno Enrique Correa, chefe da missão, descartou qualquer possibilidade de que tenha havido fraude.

Os gráficos abaixo com os resultados da votação permitem uma visua-

lização mais a acirrada disputa entre o SIM e o NÃO a nível nacional:

Los votos válidos en cada pregunta

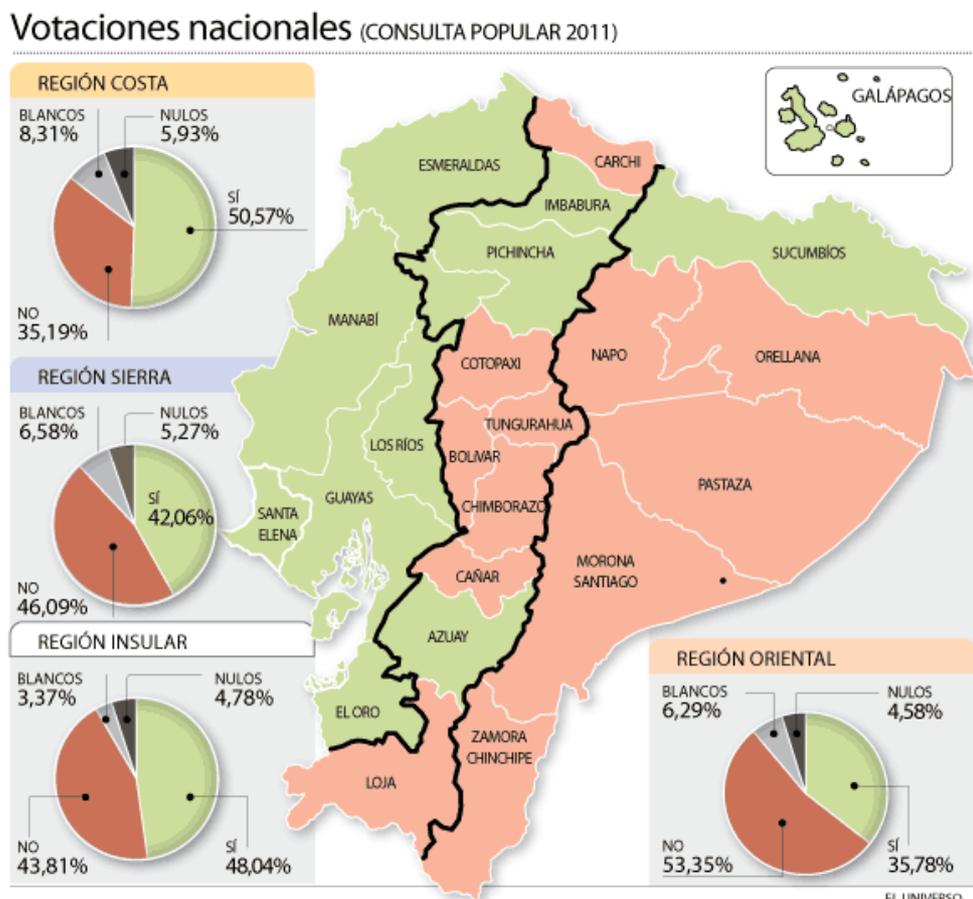
Para calcular el porcentaje de votos válidos se eliminan del total de sufragantes los blancos y nulos.



Fonte: El Universo, 20/05/2011.

Embora alguns analistas insistam na comparação da atual consulta com as outras duas últimas convocações de referendos no Equador – quando da convocação da Assembléia Constituinte, em 2007, e da aprovação da Constituição, em 2008 – é inegável que essa última, apesar de também versar sobre matéria constitucional, não obedece a uma lógica maniqueísta de aprovação ou reprovação do governo. Ao contrário dos outros dois momentos, em que se tratava, em verdade, de legitimar o governo de Correa e o processo de

refundação do Estado equatoriano, essa última, até por seu escopo e pelo fato de que cada eleitor poderia votar de maneira diferente em cada pergunta, abria a possibilidade de avaliação individual de cada questão, não necessariamente vinculada à visão dos cidadãos acerca do desempenho e da agenda do governo. Entretanto, considerando os resultados, mais do que o posicionamento do eleitorado acerca de cada questão, a consulta ajudou a evidenciar as atuais diferenças políticas regionais no país.



Fonte: El Universo, 22/05/2011

Embora o SIM tenha vencido a nível nacional, a polarização dos votos e as diferenças entre as províncias dão um panorama geográfico das regiões onde a resistência ao governo se destaca. Entretanto, contando os votos válidos, em nenhuma delas a distância entre o SIM e o NÃO foi acachapante.

De acordo com as declarações prévias à consulta, a expectativa do governo era de que a vitória se daria com uma margem muito maior do que de fato aconteceu. Se a Aliança PAÍS visava intimidar a oposição com uma demonstração de força, tal qual se viu nas consultas passadas - em que o governo ganhou com percentuais de 81,72% em 2007, e 63,93% em 2008 - embora tenha saído vitorioso, foi possível sentir o peso da perda do apoio do movimento indígena, em especial nas províncias orientais amazônicas, além das dissidências dentro do seu próprio movimento, ao longo do ano passado.

É preciso lembrar que a tentativa de golpe de Estado de 30 de setembro de 2010 ocorreu no contexto das divergências entre o Executivo e o Legislativo, e teria sido motivada pelo veto presidencial à Lei de Serviços Públicos. À época, falou-se sobretudo de morte cruzada - ou dissolução mútua entre Executivo e Legislativo, com convocação de eleições gerais - hipótese que foi abandonada após a

escalada dos acontecimentos [ver *Banco de Eventos OPISA: Equador, 30/09/2010*]. Nesse contexto, o recurso do presidente à consulta popular para tratar dos temas da reforma do Judiciário, e da regulação das comunicações - adiado desde 2009 no Congresso para votação - visava claramente intimidar a oposição a partir do apoio popular e impor sua visão sobre as questões na agenda política. Muito embora tenha conseguido aprovação suficiente para legitimar suas aspirações, por outro lado, não se pode esquecer que, com o recurso à consulta, a imagem que fica é a de que o governo passa a assumir a responsabilidade pelos desdobramentos da reforma do Judiciário, do combate à insegurança dos cidadãos e das questões relativas ao controle das comunicações. Embora fortalecido, Correa chamou para si a responsabilidade de emprender reformas que sejam realmente efetivas, e certamente poderá sofrer as consequências caso algo dê errado.

Na próxima semana, os resultados devem ser publicados no Registro Oficial do Equador e os temas das perguntas deverão converter-se em lei, o que implica que voltem para a Assembléia Nacional Legislativa (ANL) para debate. Nesse espaço, entretanto, os parlamentares da oposição muito provavelmente estarão dispostos a reivindicar

espaços próprios, embasados na elevada porcentagem obtida pelo NÃO. Para Correa e a Aliança PAÍS restará negociar com o outro lado. Em suma, o saldo da consulta popular para o governo foi ter, de fato, conseguido o apoio da maioria para impulsionar questões então obstaculizadas pelo jogo político. No entanto, os instrumentos utilizados nessa busca evidenciaram a contundência daqueles que discordam dessas propostas, e colocaram a necessidade de dialogar com esses setores, empregando cuidado redobrado aos próximos passos.

Referências bibliográficas

El Comercio; El Universo; Agência Andes.

Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

Relações Regionais

Colômbia e Venezuela viabilizam acordo de reconciliação hondurenha

Athos Luiz S. Vieira

No domingo, 22 de maio de 2011, Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia, fez as honras de anfitrião, na cidade de Cartagena das Índias, para a assinatura do acordo que pôs fim à crise política de Honduras desencadeada desde o golpe que destituiu José Manuel Zelaya.

No dia 29 de junho de 2009, a casa de Zelaya, então presidente de Honduras, foi invadida por tropas regulares do Exército Nacional que o acordaram e o puseram fora da cama. Ainda de pijama, foi levado sob custódia para um aeroporto de Tegucigalpa de onde foi deportado para a Costa Rica. Era um golpe de Estado.

Talvez se os soldados o tivessem levado para a cadeia ou mesmo mantido em cárcere privado, seria o cumprimento de decisão judicial que, um dia antes, decretou sua prisão; mas a legalidade estava em Tegucigalpa e quando Zelaya foi embarcado para fora do seu país enquanto era ainda presidente, configurou-se o golpe.

A Constituição de Honduras diz que nenhum cidadão hondurenho pode ser entregue a outro país pelas autoridades e, ao violá-la, logo ela que era defendida com unhas e dentes contra os interesses de Zelaya em consultar o povo para mudá-la, os golpistas puseram Honduras na ilegalidade dos mecanismos políticos internacionais isolando-o.

ONU e OEA condenaram o golpe de maneira contundente e exigiram o retorno de Zelaya, que nunca ocorreu, exceto pela interferência brasileira que abriu sua embaixada para abrigar o presidente deposto e permitir um diálogo que resolvesse o impasse. Não deu resultado.

Em novembro de 2009, as eleições foram efetuadas e, embora sob o clima de ilegalidade, o Tribunal de Justiça Eleitoral de Honduras ratificou o seu resultado, declarando Porfírio Lobo como presidente hondurenho. Lobo alcançou quase 60% dos votos. No dia da posse Zelaya deixou com sua família o país rumo à República Dominicana. Com isso, pôs fim ao embate que exigia sua volta ao poder. Exilado, dava início a outro embate: o que exigiria sua volta ao país.

Quando foi assinado o Acordo para a Reconciliação Nacional e da Consolidação do Sistema Democrático na República de Honduras entre Zelaya e Lobo, chegou ao fim o

capítulo no qual Zelaya se via expurgado de seu país. Não mais. Agora, o ex-presidente, enfim, pode retornar a Honduras.

Tendo Juan Manuel Santos e Hugo Chávez como facilitadores, o acordo foi concebido em cooperação entre ambos os países culminando com a cerimônia em Cartagena. Chávez, recém operado no joelho, não pode comparecer permitindo que Santos fizesse todas as honras da cerimônia.

Para Santos trata-se de um novo êxito. Desde que assumiu a presidência colombiana, em agosto de 2010, ele tem buscado se desvincular da imagem de seu antecessor e principal cabo eleitoral nas eleições, Álvaro Uribe.

Ministro da defesa do governo anterior, Santos chegou à Casa de Nariño cercado de expectativas e dúvidas. Do governo passado carregava duas crises graves que incluíam o seu ministério. Uma de caráter externo e outra interna. Externamente, ele era visto como um dos responsáveis pelo bombardeio ao norte do Equador quando o Exército colombiano perseguiu e matou Raul Reyes, considerado o chefe número dois das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Santos, pela invasão de território, violação da soberania e morte de cidadãos equatorianos atingidos pelo

bombardeio das forças militares colombianas, teve sua prisão decretada pelo judiciário do Equador que rompeu, imediatamente, relações diplomáticas. Internamente, o escândalo dos Falsos Positivos, no qual militares foram denunciados por executarem camponeses e pessoas humildes vestindo-os e apresentando-os como baixas na guerra contra a guerrilha, colocou em xeque os reais resultados da política de Segurança Democrática de Uribe capitaneada por Santos.

Porém não demorou muito para Santos mostrar que embora a macro política e economia se mantiveram inalteradas, a personalidade de comando era outra. De viés mais conciliador e propenso ao diálogo, Santos, pouco a pouco, tratou de sanar os problemas deixados pelo antecessor.

No campo econômico conseguiu assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com a União Européia, destravar o já havia sido assinado com os EUA e iniciar a formação de um novo bloco econômico com Peru, Chile e México que pretende alavancar o mercado destes países rumo à Ásia.

Nos fóruns internacionais, logrou eleger Maria Emma Mejía nova Secretária-Geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além de ocupar uma cadeira não-permanente

no Conselho de Segurança da ONU, órgão no qual exerceu presidência rotativa no mês de abril. No posto, Santos aproveitou para cobrar do organismo mais resultados frente à crise do Haiti, cumprindo o que prometera antes: que usaria a tribuna como a voz de toda América Latina.

Com os vizinhos, Santos foi capaz de reatar as relações em pouco tempo e logo na nomeação do novo Ministério das Relações Exteriores, escalou Maria Angela Holguin, ex-embaixadora colombiana em Caracas, para assumir a pasta. Para muitos, um sinal claro de interesse na reaproximação com o governo de Hugo Chávez, que também romperá relações após ser denunciado por Uribe como financiador das Farc frente à OEA. Se Rafael Correa, presidente do Equador, já declarou ter perdoado Santos após insistentes pedidos de desculpas, com Chávez a relação foi ainda além. Após alguns encontros em que o declarou como o seu mais novo amigo, Santos reatou a agenda bilateral com o vizinho, reativou o comércio que estava interrompido e acenou com um mandato conjunto na Secretaria-Geral da Unasul, proposta que foi aceita pelo governo de Caracas.

O caso hondurenho se configura, dessa forma, como uma afirmação desse novo comportamento geopolítico. Dessa relação saíram as prerrogativas que permitiram a ambos

a construção do acordo assinado em Cartagena.

Um mês antes, na mesma cidade, Chávez e Santos convidaram Zelaya e Lobo para que iniciassem as negociações e permitisse a costura do acordo. Zelaya se fez presente por telefone e Lobo, ao lado dos mandatários sul-americanos, negociou os termos baseado nas exigências do ex-presidente hondurenho. Após essa reunião foi Maria Angela Holguin e Nicolás Maduro, chanceler venezuelano, que deram prosseguimento às negociações culminadas com o retorno à legalidade de Zelaya em Honduras.

O acordo prevê que todos os processos que correm contra Zelaya em Honduras sejam suspensos, suas garantias constitucionais garantidas bem como seus direitos políticos resguardados. À Frente Nacional de Resistência Popular, grupo de esquerda e opositor ao governo, foi garantida sua filiação junto ao Tribunal Superior Eleitoral de Honduras permitindo que possa se constituir como partido e concorrer nas eleições legalmente. Com o acordo, Lobo também se compromete em tomar as medidas legais para fazer a consulta popular de reforma constitucional desejada por Zelaya e apontada como o estopim do golpe que o derrubou.

Para Santos, um dia histórico, pois não apenas marcou o fim de uma crise política que afetava o principal organismo internacional americano, como selou a interação Colômbia-Venezuela que, contando com a secretaria-geral compartilhada da Unasul, pode comemorar o êxito alcançado sinalizando que juntos, embora impensável há meses atrás, ambos os países têm muito mais peso para influir no tabuleiro político latino americano do que em pé de guerra.

Referências bibliográficas

El País Colombia e El Tiempo.

Fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: www.opsa.com.br

Monitor Eleitoral: Peru

Ollanta Humala, o “mal menor”?

Beatriz Carvalho

Em 2009 foi publicado na revista *Diplomacia, Estratégia & Política*, um ensaio no qual o cientista político peruano Julio Cotler afirmava que Alan García venceu o segundo turno

das eleições presidenciais de 2006, porque era considerado o “mal menor” em relação ao seu concorrente na época, Ollanta Humala, do Partido Nacionalista (PN). Segundo o autor, o candidato nacionalista era considerado uma ameaça, já que possuía um discurso etnopopulista e xenófobo.

Ironicamente, mais uma vez, o eleitorado peruano foi obrigado a escolher o candidato considerado como o “mal menor”. A disputa do segundo turno das eleições presidenciais de 2011 opôs o mesmo candidato de 2006, Ollanta Humala, da coligação Ganha Peru (GP), e Keiko Fujimori, do partido Força 2011, candidatos da centro-esquerda e centro-direita respectivamente. Quase metade dos eleitores peruanos não votou por nenhum dos dois candidatos no primeiro turno, considerados como as opções mais radicais em comparação com outros candidatos que concorreram, Alejandro Toledo, do partido Peru Possível (PP), Luis Castañeda, da aliança Solidariedade Nacional (SN) e Pedro Pablo Kuczynski, da coligação Aliança para a Grande Mudança (AGCP).

O segundo turno das eleições de 2011 foi tenso e permeado por denúncias e acusações entre os candidatos. Tanto Fujimori quanto Ollanta Humala são acusados de uma série de crimes e

irregularidades, o que facilitou os ataques vindos de ambos os lados. A imprensa e a sociedade peruana se polarizaram em torno das duas candidaturas, o que pôde ser evidenciado pelas últimas pesquisas eleitorais antes da votação do dia 05 de junho, que apontavam um empate técnico entre os candidatos à presidência.

O segundo turno das eleições presidenciais

Durante o segundo turno, o jornal El Comercio apoiou quase que abertamente a candidata Fujimori, enquanto La Republica, apesar de se dizer imparcial, dedicou quase todas as capas de suas edições diárias à denúncias contra a postulante do Força 2011. Sempre advertindo que o crescimento econômico peruano é resultado do modelo econômico liberal adotado pelo país desde o governo de Alberto Fujimori (1990-2001), o El Comercio adotou um tom alarmista com relação ao candidato da coligação GP. Por outro lado, o La Republica durante os últimos dois meses buscou recordar ao povo peruano os feitos do governo de Alberto Fujimori e mostrar as incongruências da candidatura de sua filha.

Dessa forma, a estratégia de ambos os candidatos durante o segundo turno foi gerar confiança em suas respectivas candidaturas. Humala

buscou distanciar-se de Hugo Chávez e Evo Morales e se comprometeu a não realizar mudanças constitucionais, ao contrário do que defendia quando foi candidato em 2006. Já Fujimori buscou mostrar ao eleitorado que é uma candidata independente e não uma simples marionete de seu pai.

Diversos intelectuais como Mario Vargas Llosa e segmentos da sociedade fizeram campanhas contra a filha do ex-presidente Alberto Fujimori, como o movimento social "Não à Fujimori", que buscou informar e recordar aos peruanos os crimes cometidos pelo governo fujimorista durante a década de 1990. Diversas regiões do Peru realizaram marchas contra a candidatura da postulante pelo partido Força 2011. A Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos do Peru, uma organização não-governamental, coordenou uma marcha pelas ruas de Lima intitulada "Com esperança e dignidade, Fujimori nunca mais", que contou com a presença de mais de 5 mil pessoas. A Associação de Direitos Humanos do Sul (Adehsur) lançou a campanha "Fujimori nunca mais". Algumas associações de vítimas do governo fujimorista também fizeram campanha contra a candidata, que chegou a ser atacada com ovos durante um comício.

Para a decisão do segundo turno, Humala ganhou o apoio do ex-presidente e ex-candidato Alejandro Toledo (PP), enquanto Luis Castañeda, da aliança Solidariedade Nacional (SN), e Pedro Pablo Kuczynski, da coligação Aliança para a Grande Mudança (APGC), declaram seu apoio à candidatura de Fujimori. Toledo garantiu que mesmo com seu apoio à Humala atuaria como um defensor da democracia, não corroborando qualquer decisão anti-constitucional por parte de qualquer candidato que fosse eleito. A atitude do ex-presidente pode significar o quanto o apoio ao candidato da coligação GP era apenas uma forma de impedir que Fujimori vencesse as eleições. Questionado e criticado muitas vezes por se intrometer no processo eleitoral, o atual presidente Alan García, apoiou discretamente a postulante do partido Força 2011, com base no argumento de que a manutenção da atual política econômica é a chave para que o Peru continue crescendo de forma acelerada.

No dia 05 de junho de 2011, quase 20 milhões de peruanos foram às urnas escolher entre a filha de um ex-ditador e um militar nacionalista. Mesmo com as centenas de conflitos sociais ativos no Peru, segundo a associação civil de sem fins lucrativos Transparencia, a votação se desenrolou dentro da normalidade em

todas as regiões do país, sem irregularidades que possam invalidar os resultados do processo eleitoral. A taxa de abstenção foi maior do que a do primeiro turno, totalizando 17,45% dos eleitores registrados. Os votos em branco e nulos representaram 6,3% do total de votos emitidos.

Com 100% dos votos computados pelo Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE, na sigla em espanhol), Ollanta Humala venceu as eleições presidenciais peruanas de 2011 com 51,45% dos votos, enquanto sua concorrente, Keiko Fujimori, obteve a preferência de 48,55% dos eleitores.



Fonte: El Comercio, 07/06/2011.

De acordo com a pesquisa elaborada pela IMASEN, a maior parte do eleitorado de Fujimori se concentra em áreas urbanas, principalmente em Lima. Humala, por sua vez, atraiu os votos das áreas rurais e do interior do país, principalmente nas regiões sul, centro e oriente do Peru.

O resultado oficial fornecido pelo Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE, na sigla em espanhol) aponta a vitória de Fujimori em apenas seis regiões, quase todas localizadas no litoral peruano. Como já demonstravam as pesquisas de intenção de voto, Humala venceu em

praticamente todas as regiões do interior do Peru. Já a pesquisa da Ipsos Apoyo publicada em maio mostrou a intenção de voto de ambos os candidatos de acordo com a classe social. Fujimori era apontada como a preferida dos entrevistados da classe

A. No entanto, a pesquisa também mostrou que a candidata tinha uma base de votos forte nas classes D e E, as mais pobres. Já Humala atraiu principalmente os votos das classes D e E.

Candidatos	Total	NSE A	NSE B	NSE C	NSE D	NSE E	Hombres	Mujeres	18 a 24 años	25 a 39 años	40 años a más
Keiko Fujimori	41	61	39	42	38	43	36	45	46	42	37
Ollanta Humala	39	15	39	36	43	44	48	31	36	38	43
Blanco / Votado	12	18	14	14	10	6	10	13	11	11	12
No precisa	8	6	8	8	9	7	6	11	7	9	8

Fonte: IPSOS APOYO. Opinión Data, ano 11, nº143.

Os resultados das eleições presidenciais e legislativas de 2011: cenários políticos

Assim como entre 2006 e 2011, o Congresso Peruano eleito que assumirá em 27 de julho não terá nenhum grupo político majoritário capaz de impor uma agenda legislativa. O PP, partido do ex-presidente Alejandro Toledo, é o que está mais próximo de aliar-se com a bancada do GP. Juntas, essas duas agrupações teriam 67 das cadeiras das 130 que possui o Congresso.

Entretanto, o PP ainda está reticente em aliar-se abertamente com o partido governista.

Mesmo quando declarou seu respaldo a Humala no segundo turno, os porta-vozes do partido afirmaram que esse apoio não significava uma aliança com a coligação GP e que o partido trabalharia, em primeiro lugar, para resguardar a democracia no Peru.

Outra possibilidade é a criação de uma bancada de oposição formada pelos partidos PP, AGCP e SN, os três perdedores do primeiro turno. Essa idéia já havia sido proposta pelo PP logo após o resultado do primeiro turno, mas não agradou aos outros dois partidos, que preferiram apoiar Fujimori. Juntas, as bancadas desses três partidos, considerados mais centristas, teriam 42 cadeiras no Legislativo.

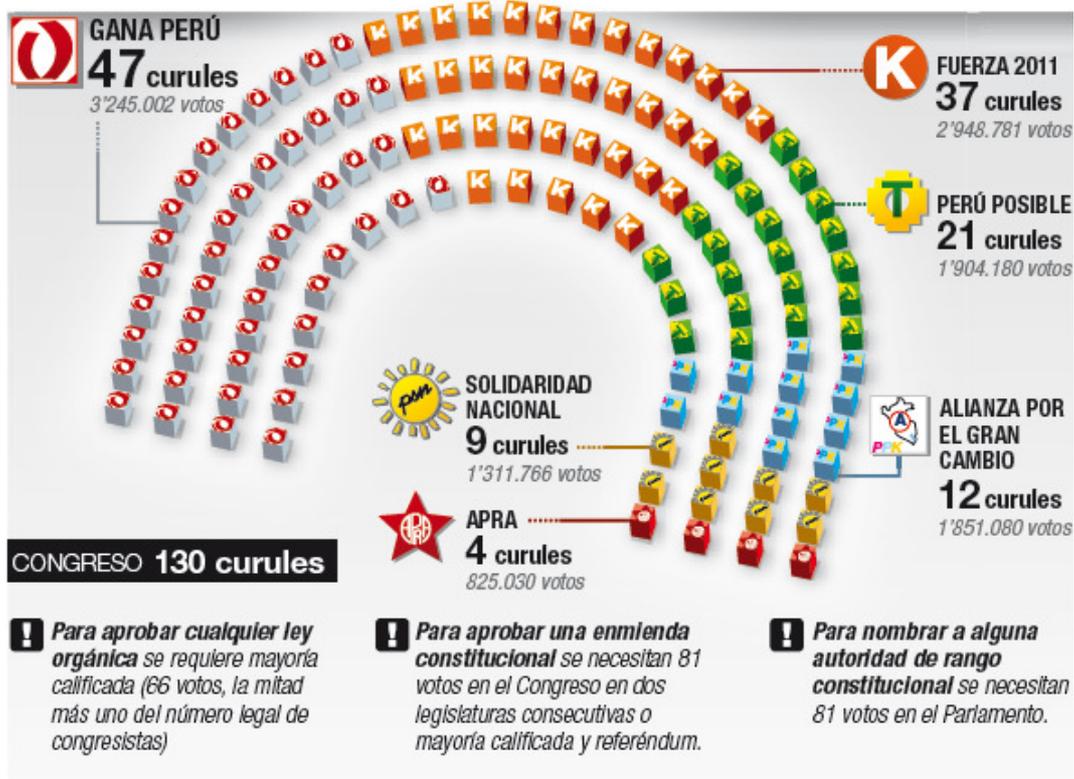
Existe também uma chance de que o AGCP e o SN decidam aliar-se a bancada fujimorista, juntas, essas três agrupações teriam 58 assentos no Poder Legislativo. O apoio do APRA, que possui quatro cadeiras poderia reforçar um grupo ou outro, mas não seria capaz de mudar radicalmente a configuração de poder dentro do Congresso.

Exceto por uma suposta aliança entre o PP e o GP, nenhuma outra provável

aliança política conseguiria formar uma maioria qualificada no Congresso, necessária, por exemplo, para a aprovação de leis orgânicas. A configuração do Poder Legislativo peruano para o mandato 2011-2016, portanto, vai demandar algum tipo de barganha com as outras bancadas para que Humala possa implementar as promessas que fez durante o período de eleições.

Nueva correlación de fuerzas

El 27 de julio se instalará el nuevo Congreso de la República para los próximos cinco años. Esta vez el Parlamento tendrá 130 miembros.



Fonte: El Comercio, 07/06/2011.

Humala possui um grande desafio pela frente para cumprir as promessas feitas durante a campanha. O recém eleito presidente prometeu um governo de reconciliação e afirmou que irá lutar contra a corrupção e a impunidade, dois antigos malefícios recorrentes no Peru e que minaram em grande medida o prestígio do governo de Alan García. Humala comprometeu-se com a manutenção das políticas econômicas vigentes no Peru e, ao mesmo tempo, com a solução dos graves problemas sociais do país.

A campanha da coligação GP se centrou principalmente no desenvolvimento social do país. Humala prometeu um aumento do salário mínimo e a expansão e criação de programas sociais como o Pensión 65, que distribuiria renda para cidadãos acima dos 65 anos de idade, independente de terem contribuído ou não para a previdência social.

Durante a campanha, Humala também se comprometeu com a solução dos conflitos sociais ativos no Peru, criticando a postura do atual governo com relação a eles. O futuro presidente comprometeu-se a realizar consultas populares e aceitar a decisão das populações locais com relação à implantação de projetos mineradores ou energéticos em diversas regiões do Peru. A situação da mineradoras no país e a

construção de grandes projetos energéticos tem sido os grandes responsáveis pelos conflitos sociais existentes no Peru hoje em dia. Atualmente, existem, de acordo com a Defensoria Pública do Peru, 233 conflitos sociais no país. Desses, 159 estão ativos, 92 se encontram em processo de diálogo e 74 estão em estado latente. A maioria dessas manifestações tem motivação socioambiental, ou seja, se opõe a construção desses projetos por questões sociais ou por questões de degradação do meio ambiente.²⁰

Com relação à política exterior peruana, a vitória de Humala deve reforçar os laços desse país com a Venezuela e a Bolívia, que possuem governos mais identificados como perfil do futuro presidente. O Chile foi um dos países mais receosos da eleição de Humala. Entretanto, o recém eleito presidente já afirmou que continuará com a política adotada no governo de García em relação ao país vizinho. Durante o governo de García, o país tendeu a aproximar-se de outros governos de centro-direita como a Colômbia e o Chile. Mesmo assim, o Acordo do Pacífico, assinado em abril e que inclui Peru, Colômbia, Chile e México, deve enfraquecer-se. O acordo propunha a criação de um novo bloco econômico com a

²⁰ "Peru: 159 conflictos sociales activos". Perú 21. Disponível em <http://peru21.pe/noticia/755274/peru-159-conflictos-sociales-activos>.

instituição de uma Área de Livre Comércio. Humala já declarou que suas prioridades em política externa serão a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Logo após os resultados que coroaram a eleição de Humala, o recém eleito começou um giro pela América do Sul visitando Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile. Antes de assumir o cargo de presidente, ele ainda planeja visitar Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela e Estados Unidos. Segundo o porta-voz do Partido Nacionalista (PN), as viagens do recém eleito presidente têm como objetivo atrair investimentos estrangeiros e abrir mercados para o Peru.

Alguns especialistas, como Guillermo Almeyra, afirmam que o Peru tende a aproximar-se do Brasil, como forma de contrabalancear a influência norte-americana no sul do continente e construir um cordão chino-brasileiro que una a costa Atlântica e a Pacífica. Não teria sido à toa, então, que a primeira viagem do recém eleito presidente tenha sido para o Brasil, visitar a atual presidente Dilma Rousseff e ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Durante o encontro Humala qualificou o Brasil como um sócio estratégico e elogiou o modelo econômico brasileiro que combinou crescimento econômico com desenvolvimento social. Segundo o

futuro presidente peruano, esse é o modelo que ele planeja implementar em seu país. Rousseff chegou a comprometer-se com o envio de especialistas brasileiros para ajudar na implantação de programas sociais no Peru.

Conclusão

Apesar de assumir o governo do Peru em um período de crescimento extraordinário, a tarefa de Humala não deve ser fácil. Comprometido com a manutenção das políticas econômicas que possibilitaram o “boom” da econômica peruana, o recém eleito presidente precisará cumprir as promessas de realizar um governo que atenda também às demandas populares por maior atenção social e à solução de conflitos sociais ativos atualmente no país.

O tratamento de questões como a situação da mineração e da extração de gás natural devem adquirir importância durante o governo de Humala, afinal uma de suas promessas foi aumentar os impostos às mineradoras, assim como fez o Chile. Por um lado, o futuro presidente tem o compromisso de manter a estabilidade econômica e, por outro, terá que buscar atender às demandas socioambientais dos povos afetados pela indústria, principalmente a extrativa. Cabe recordar que essa indústria constitui,

atualmente, a maior parte das exportações peruanas e a que mais tem gerado renda para país, visto o alto preço das commodities metálicas.

Além disso, muitos dos conflitos sociais existentes no Peru contra a construção de projetos de produção de energia ou extração mineral contam com a participação de empresas brasileiras como a Odebrecht, a Eletrobrás, Furnas e a empreiteira Oas. Como Humala prometeu que respeitaria a vontade dos povos locais em respeito à implantação de tais projetos, resta saber como ele procederá em relação à esse impasse.

Portanto, a necessidade de satisfazer as exigências do capitalismo peruano e internacional de manutenção do crescimento econômico através de uma política liberal deve frear em certa medida o ímpeto social do governo de Humala. De todas as formas, o recém eleito presidente tem feito sua parte para angariar a confiança dos investidores no seu governo. As relações do Peru com seus vizinhos e com outros países importantes também poderão dar pistas quanto ao comportamento do futuro governo. Além disso, Humala deve, na medida do possível, buscar concretizar as promessas que fez durante a campanha, principalmente em termos de desenvolvimento social. Afinal, foram esses peruanos

“excluídos” que lhe garantiram a vitória.

Referências bibliográficas:

COTLER. Júlio. O paradoxo peruano: crescimento econômico e a desaprovação política. *Diplomacia, Estratégia & Política*. Número 9, Janeiro/Março de 2009, p.171-186.

Outras Fontes:

Jornal La Republica

Jornal El Comercio

IPSOS APOYO. La incertidumbre continua. *Opinión Data*. Ano 11, número 143. Disponível em: http://www.ipsos-apoyo.com.pe/sites/default/files/opinion_data/La-incertidumbre-continua.pdf. Acesso em 14 jun. 2011.

IMASEN. Encuesta sobre elecciones (nacional). Disponível em: http://www.imasenperu.com/pdf/TABLAS_NACIONAL_LA_REPUBLICA_MAYO_2011_V_INTERNET.pdf. Acesso em 14 jun. 2011.

ONPE. Resultados Segunda Elección Presidencial 2011. Disponível em: <http://www.elecciones2011.onpe.gob.pe/resultados2011/2davuelta/>. Acesso em 18 jun. 2011.

Monitor Eleitoral: Argentina**O pleito eleitoral argentino: candidatos e indefinições na corrida presidencial de 2011***Ana Carolina V. Oliveira*

As eleições presidenciais na Argentina no ano de 2011 acontecerão no dia 23 de outubro, juntamente com distintas eleições a cargos de deputados, senadores, prefeitos, dentre outros. Faltando um pouco mais de três meses para os argentinos votarem no futuro chefe de governo, que assumirá o posto mais alto do país ainda em 2011 – em 10 de dezembro – as alianças e candidatos à presidência se apresentam, de modo que, nestas eleições, estão formalizadas oito candidaturas. Praticamente todos os concorrentes têm peso político suficiente para chegar a um segundo turno. Mas, ao mesmo tempo, há a indefinição, justamente, se esse segundo turno ocorrerá.

Quem encabeça a lista de candidatos é própria presidente, Cristina Fernández de Kirchner, que pleiteará a reeleição. No cargo desde 2007, a atual mandatária é a favorita em pesquisas de opinião não apenas na capital argentina, Buenos Aires, mas também em todo o país²¹. Foi

²¹ Uma das últimas pesquisas, realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CEOP), acusou Kirchner com mais de 49% das

praticamente a última a difundir sua candidatura dentro de um momento de prazos apertados²², onde o período limite para o lançamento de candidatos à presidência pelos partidos políticos era 25 de junho. Esse prazo é fundamental para que as primárias de 14 de agosto sejam definidas. Estas, estabelecidas como obrigatórias, abertas e simultâneas²³, definirão quais candidatos serão aptos para as eleições presidenciais de outubro, assim como quais são aqueles minimamente apoiados pela população argentina.

Kirchner se apresentou como candidata pela Frente para a Vitória (FpV)²⁴, uma das ramificações do

intencões de voto. A presidente seria seguida por Ricardo Alfonsín, com 10,5%, Eduardo Duhalde, com 9,2%, Hermes Binner, com 6,5%, Rodríguez Saá, com 5,2%, e Elisa Carrió, com 4,8%. Na Argentina, um candidato pode ganhar no primeiro turno quando consegue 45% dos votos, ou então 40%, desde que haja uma diferença de, no mínimo, 10% com relação ao segundo colocado.

²² Kirchner justificou sua demora pela necessidade de tomar decisões de forte peso político a seu devido tempo. Seus concorrentes receberam sua candidatura sem surpresas e tiveram discursos moderados; com exceção de Elisa Carrió que, em suas palavras, disse que “debo reconocer que logré engañarme con su dolor y sus lágrimas permanentes hasta la semana pasada. Su vestido negro y su carácter de víctima eran parte de la escenografía”.

²³ As primárias estão inseridas na batizada Lei de Democratização da Representação Política, da Transparência e da Equidade Eleitoral, aprovada por decreto em abril de 2011. Elas se caracterizam por eleições dentro dos próprios partidos de modo a lançar candidatos a presidente, vice-presidente, deputados federais, senadores, governador e vice da capital argentina, Buenos Aires, e prefeitos. Os pré-candidatos terão que atingir nas primárias uma porcentagem mínima de 1,5% a níveis nacional e distrital, para que possam se alçar às eleições nacionais de 23 de outubro.

²⁴ Já foram definidos os partidos que darão apoio ao FpV em coligações para a presidência. São eles: Novo Encontro, Partido Intransigente,

Partido Justicialista (PJ), em 21 de junho, na Casa Rosada. Seu vice foi conhecido alguns dias depois: será Amado Boudou, atual Ministro da Economia argentina. Alguns jornais creditaram tal indefinição de Kirchner – que postergou ao máximo sua nomeação – ao falecimento de seu esposo, o ex-presidente Néstor Kirchner (2003-2007), em outubro de 2010, que desestabilizou o governo de Cristina, já que Néstor era o braço direito e também grande condutor político do mandato de sua esposa.

Além de Kirchner, opção do chamado oficialismo, há outros candidatos, estes de oposição, dispostos a concorrer à presidência. Seguindo a lógica do PJ, duas outras ramificações mais conservadoras, do chamado peronismo dissidente, podem ser vistas. A primeira é o Peronismo Federal (PF), que lançou como candidato o atual governador da província de San Luis, Alberto Rodríguez Saá.

Rodríguez Saá chegou a concorrer com o ex-presidente Eduardo Duhalde (2002-2003) o posto de candidato à presidência do PF, em internas partidárias iniciadas em 03 de abril de 2011. Nessas internas, ficou acordada a realização de comícios e eleições em diversas regiões do país, que dariam, como resultado final, a preferência da

população a um dos dois candidatos do PF, que seria, por consequência, o candidato do partido nas primárias de agosto. Porém, desacordos relacionados principalmente aos locais da realização das internas fizeram com que Duhalde abandonasse a disputa, sendo Rodríguez Saá o único candidato do Peronismo Federal.

Portanto, Rodríguez Saá lançou sua candidatura em 03 de junho. Pela coligação Frente Compromisso Federal, o candidato do PF confirmou alianças com os partidos Política Aberta para a Integração Social, É possível, União do Centro Democrático (UCeDe) e Movimento Independente de Aposentados e Desempregados. Em 24 de junho, Saá apresentou seu vice: José María Vernet, governador de Santa Fé entre 1983 e 1987.

Duhalde, por sua vez, após abandonar a disputa pelo PF, se afastou do partido e criou seu próprio espaço, a União Popular (UP). Em 10 de junho lançou sua candidatura oficialmente e colocou o então governador da província de Chubut, Mario das Neves, como seu vice. Das Neves, membro do PF, chegou a cogitar sua candidatura à presidência, mas depois das eleições a governador em Chubut, em que seu candidato, Martín Buzzi, foi acusado pela oposição de provocar irregularidades na contagem de votos – sendo considerada uma fraude

Frente Grande, Partido Humanista e o Partido Conservador Popular.

eleitoral –, desistiu de concorrer a elas e aceitou o convite de Duhalde para ser candidato a vice-presidente. Sob o nome de Frente Popular, a coligação que impulsiona Duhalde também conta com o Partido Autonomista, a Democracia Cristã e o Movimento de Integração e Desenvolvimento (MID).

O ex-presidente chegou até a declarar seu apoio ao candidato à presidência pela União Cívica Radical (UCR), o deputado federal Ricardo Luis Alfonsín, filho de outro ex-presidente – Raúl Alfonsín (1983-1989) – caso houvesse um segundo turno entre ele e Kirchner. Alfonsín se tornou o único candidato de seu partido depois que o atual vice-presidente, Julio Cobos, e o senador Ernesto Sanz desistiram da candidatura. Cobos, inclusive, no início de junho anunciou que não se candidataria a nenhum cargo político para estas eleições. Já Sanz, em março, alegou que se apresentaria diretamente nas primárias de 14 de agosto porque se recusou a ir às internas pela UCR contra Alfonsín²⁵. No entanto, no final de abril, Sanz retirou sua candidatura por acreditar que Alfonsín seria o candidato com mais possibilidades de concorrer às eleições presidenciais. O senador afirmou que se lançar às primárias

com dois candidatos (no caso a UCR) daria oportunidade para quem está buscando a reeleição, neste sentido a presidente Cristina Kirchner.

Em 09 de junho, a UCR lançou oficialmente a candidatura de Alfonsín à presidência e, como vice, escolheu o ex-presidente do Banco Central argentino no período Menem, Javier González Fraga. Após tentativas frustradas de alianças com o socialismo, a UCR chegou a informar que se lançaria à presidência sem se unir a nenhum outro partido²⁶. Porém, ao contrário do que se pensava, a União Cívica Radical acabou por acordar uma aliança com a União Celeste e Branca, liderada por Francisco de Narváez²⁷, sob o nome de União para o Desenvolvimento Social (UDESOS). A união de Alfonsín com Narváez é importantíssima para fazer frente à Kirchner no posto à presidência, uma vez que Narváez tem grande peso político, principalmente na província de Buenos Aires²⁸.

²⁵ Sanz afirmou que, indo diretamente às primárias, teria mais tempo para consolidar sua candidatura frente à população, pois Alfonsín, apoiado por grande parte do partido, teria grande margem de vantagem sobre ele.

²⁶ Essa opção por seguir sem alianças se insere na chamada lista 3 do radicalismo.

²⁷ Francisco de Narváez é colombiano, mas naturalizado argentino. É empresário e atualmente deputado federal pela província de Buenos Aires.

²⁸ Nas eleições legislativas de 2009, na província de Buenos Aires, a aliança que Narváez conduziu com a Proposta Republicana (PRO), partido do prefeito portenho Mauricio Macri conseguiu uma aprovação muito grande, tirando muitas das cadeiras que a FpV, liderada por Néstor Kirchner, ambicionava. À época, estas eleições significaram uma derrota eleitoral de Néstor Kirchner em Buenos Aires.

Com relação ao Partido Socialista (PS), um acordo nacional chegou a ser esboçado com a UCR para que Alfonsín se lançasse à presidência com um vice socialista. Por isso, o nome do atual governador de Santa Fé, Hermes Binner, foi cogitado. Porém, a escolha de González Fraga pela UCR acabou fazendo com que este partido e o PS rompessem uma possível coligação. Por esta razão, e por falta de outro nome que pudesse disputar as primárias, Binner foi oficialmente proclamado candidato à presidência pelo partido em 11 de junho.

Para acompanhá-lo na chapa, foi escolhida como vice-presidente a jornalista e atual senadora pela província de Córdoba, Norma Morandini. Também foi firmada uma coligação com o partido Geração para um Encontro Nacional (GEN), a Corrente Unidade Popular, o Livres do Sul e o Partido Novo para formarem a Frente Ampla Progressista.

Outro forte aliado a Binner que rompeu o apoio, em 16 de junho, à Frente Ampla Progressista foi o partido de esquerda Projeto Sul, do cineasta e deputado Fernando "Pino" Solanas. Solanas alegou que a aliança entre o socialismo e o GEN excluía outras forças partidárias, já que não foi o programa de campanha não foi discutido abertamente. Por isso, decidiu abandonar o projeto inicial e

lançou uma coligação chamada Aliança Projeto Sul – que inclui o próprio Partido Projeto Sul, o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), o Partido Socialista Autêntico (PSA), a Nova Esquerda e o Agrupamento Humanismo e Liberação.

Apesar do cineasta não ter descartado, a princípio, voltar atrás na sua decisão de romper com Binner, em 22 de junho a Aliança Projeto Sul lançou a deputada e socióloga Alcira Argumedo como mais uma mulher concorrendo à presidência. Já cotada por Solanas antes mesmo da tentativa de aliança com Binner, Argumedo teve que amargar uma espera até que sua candidatura fosse lançada por sua coligação. Seu vice foi eleito em 23 de junho: será Jorge Cardelli, deputado federal e dirigente da Confederação de Trabalhadores de Educação (CTERA).

Tanto Solanas quanto Maurício Macri, atual prefeito da capital argentina, descartaram a possibilidade de seguir com o desejo de se candidatar à presidência. Por isso, resolveram tentar a eleição na cidade de Buenos Aires. Solanas substituiu o economista e deputado Claudio Lozano na postulação à prefeitura depois de sua desistência ao cargo de presidente. Já Macri, da Proposta Republicana (PRO), tentará a reeleição depois de pesquisas de intenção de voto

mostrarem que ele não teria chances de competir com Kirchner na esfera federal – apesar de sua boa popularidade representada pelos votos que conseguiria. Nas eleições para a cidade, aparece como o

favorito, mas a possibilidade de vencer em primeiro turno é remota. O PRO também anunciou que não irá respaldar nenhuma fórmula presidencial.

Candidato à presidência	Candidato à vice	Coligação
Cristina Kirchner	Amado Boudou	Frente para a Vitória
Ricardo Alfonsín	Javier González Fraga	União para o Desenvolvimento Social
Eduardo Duhalde	Mario das Neves	Frente Popular
Hermes Binner	Norma Morandini	Frente Ampla Progressista
Elisa Carrió	Adrián Pérez	Coalizão Cívica
Alberto Rodríguez Saá	José María Vernet	Frente Compromisso Federal
Jorge Altamira	Christian Castillo	Frente de Esquerda e dos Trabalhadores

Ainda no âmbito das desistências, outro candidato baixou sua candidatura à presidência: Felipe Solá, deputado e ex-governador da província de Buenos Aires (2002-2007). Solá, que abandonou o PJ dissidente e criou o Movimento pela Equidade, Justiça e Organização, desistiu das eleições de outubro, mas permitiu que seus partidários

poiassem as candidaturas dos outros postulantes à presidência.

Para terminar a corrida presidencial estão Elisa Carrió, da Coalizão Cívica²⁹, e Jorge Altamira, do Partido

²⁹ A Coalizão Cívica agrega alguns partidos, como o Política Aberta para a Integridade Social (PAIS), o União por Todos e o Afirmação para uma República Igualitária (ARI), partido este presidido pela própria Carrió e que mudou seu nome para Coalizão Cívica ARI em 2009. Os outros partidos menores foram incorporados à CC ARI, menos o União por Todos.

Obreiro (PO). Carrió, segunda colocada nas últimas eleições presidenciais em 2007³⁰ e deputada por Buenos Aires, evitou formar alianças eleitorais como as realizadas há dois anos com a UCR e o Partido Socialista, formando o Acordo Cívico e Social. Carrió levará o deputado Adrián Pérez como seu vice. Já Jorge Altamira lançou sua candidatura com o professor universitário Christian Castillo e seguirá campanha pela fórmula Frente de Esquerda e dos Trabalhadores, que une o PO, o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), e a Esquerda Socialista.

No campo das indefinições, o resultado presidencial de outubro dependerá, sobretudo, da atuação dos candidatos no primeiro turno. A oposição se fragmentou em diversas alianças e não parece ter peso político para vencer Cristina Kirchner nessa primeira fase. No entanto, se houver uma segunda volta, como se chama o segundo turno na Argentina, é difícil até de se indicar um candidato que concorrerá com Kirchner. As eleições, por incrível que pareça, ainda estão incertas e assim permanecerão até o dia 23 de outubro.

³⁰ Cristina Kirchner obteve 44,8% dos votos e Carrió teve 22,9%.